

O ENSINO DE ECONOMIA EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN *

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ENSINO DE ECONOMIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Como é do conhecimento geral, o ensino de economia nas universidades brasileiras é tão superabundante em quantidade quanto deficiente em qualidade. Várias dezenas de faculdades se espalham por todo o território nacional, diplomando mil e muitos economistas por ano. Dêses, porém, só umas poucas dezenas saem das escolas com preparo razoável.

A hipertrofia quantitativa tem várias origens. Em primeiro lugar, o *glamour* conquistado pela profissão de economista no Brasil, o que atrai grande número de candidatos às escolas. Em segundo lugar, a facilidade material de instalar uma faculdade de economia (que dispensa laboratórios, salas especializadas, etc.). Em terceiro lugar, o atrativo de um curso de quatro anos (menos que os de Medicina, Direito e Engenharia) numa terra em que muitos ambicionam um título universitário qualquer (a ambição de ser chamado "doutor"). Em quarto lugar, a própria regulamentação da profissão do economista que concede privilégios ao diploma sem indagar de seu conteúdo real.

A proliferação de faculdades naturalmente provocou a deterioração qualitativa do ensino. O número de professores de Economia, que po-

* Da Escola de Pós-Graduação em Economia da F.G.V.

dem intitular-se tal, é incrivelmente menor, no Brasil, do que os necessários a tôdas essas faculdades. A consequência é um ensino extremamente heterogêneo — razoável numas poucas faculdades, mas péssimo na maioria delas. Algumas escolas desviam o centro de suas atenções para o ensino de Direito e Contabilidade, onde é mais fácil encontrar bons professores; isso constitui uma distorção, mas resta a vantagem de se dar ao estudante um instrumento útil à sua vida prática. A maioria, porém, nem isso consegue, especializando-se na divulgação de idéias vagas.

No final, os economistas saem das faculdades com consideráveis defeitos de formação. De um modo geral, os defeitos mais freqüentes são:

- a) falta de conhecimento básico de matemática e estatística;
- b) dificuldade de raciocínio lógico e incompreensão do método científico: a maioria dos economistas recém-saídos das faculdades não sabe o que é e o que pretende ser um modelo; isso lhes torna bastante difícil manipular a análise econômica (ou qualquer ciência);
- c) conhecimento desintegrado de análise econômica: a maioria das faculdades dá aos alunos idéias mais ou menos vagas sobre economia, que talvez consigam familiarizar os economistas com o jargão da profissão, mas que raramente são apresentadas como um sistema integrado; como consequência, os economistas ficam quase sem possibilidade de usar êsses conceitos em problemas práticos;
- d) falta de informação institucional: a maioria dos economistas sai das escolas sem conhecer o funcionamento dos instrumentos de política econômica adotados no Brasil — sistema fiscal, sistema financeiro, sistema cambial, órgãos de fomento, etc.

É claro que essas deficiências não são absolutamente gerais, pois o economista diplomado no Brasil é um produto altamente heterogêneo. Não obstante, êles parecem contaminar a maioria numérica dos estudantes que saem das faculdades.

Deve-se assinalar que as faculdades de economia no Brasil têm provocado uma espécie de desvio vocacional. Grande parte (provavelmente a maioria) dos alunos que afluem às faculdades deseja, de fato, estudar Administração de Empresas. (É curioso observar o número de alunos de faculdade que dizem querer especializar-se em microeconomia.) Como são poucas as escolas de Administração de Empresas, êsses alunos se dirigem, por aproximação, para as faculdades de economia. Por que surgiram tantas faculdades de economia e tão poucas de administração de empresas, é questão que parece encontrar duas respostas. Em primeiro lugar, o título de economista adquiriu maior *glamour* que o de Admi-

nistrador de Empresas. Em segundo lugar, a regulamentação da profissão de economista conferiu privilégios legais aos seus titulares.

2. A NECESSIDADE DE CURSOS DE EXTENSÃO PÓS-UNIVERSITÁRIA

O resultado da deficiência qualitativa e da superabundância quantitativa do ensino de economia nas universidades brasileiras foi a criação de um mercado dual de economistas. O mercado se divide em dois compartimentos mais ou menos estanques: o dos economistas qualificados e o dos economistas não qualificados. No primeiro, a oferta se limita a uns poucos profissionais, ou saídos das melhores faculdades, ou que estudaram por conta própria, ou que fizeram cursos de extensão no Brasil ou no exterior; a procura é extremamente intensa, e o mercado se equilibra com níveis salariais bastante elevados. No segundo, a oferta é superabundante, congregando a maioria dos portadores de diplomas legalmente reconhecidos; a procura é escassa, e a maioria dos profissionais acaba por desviar-se para outras atividades (funcionários, contadores, administradores, auxiliares de administração, etc.).

Como corrigir êsse dualismo e criar uma oferta de economistas adequada às necessidades do mercado, eis a questão que deve ser respondida por qualquer plano de reorganização do ensino de economia no Brasil.

Naturalmente o primeiro item da resposta parece ser: melhorar o ensino nas faculdades. Êsse objetivo básico não pode ser esquecido, mas convém lembrar que a sua consecução envolve pelo menos três etapas:

- a) o fechamento de algumas escolas;
- b) a transformação de outras em escolas de administração de empresas;
- c) a renovação dos quadros de professores das demais, de modo a melhorar a qualidade do ensino.

É difícil conseguir, por meios democráticos, que essas etapas se realizem em prazo curto. Diga-se de passagem, a terceira etapa (a mais importante de todas) não se alcançaria pelo simples uso da coação, já que é preciso dispor de uma boa oferta de novos professores competentes, o que é difícil conseguir em prazo curto.

Pragmáticamente, portanto, a melhoria do ensino nas faculdades deve ser considerada um objetivo fundamental, mas que só poderá ser alcançado na escala necessária em prazo médio ou longo.

Como resolver a questão no meio tempo, é algo que só parece ter uma resposta: pelo reforço do ensino pós-universitário. Os cursos de ex-

tensão pós-universitária, como é óbvio, sempre serão necessários, para preparar professores e para criar uma elite profissional de maior nível de especialização. Todavia, no momento, eles deverão exercer uma função supletiva: a de cobrir as lacunas no ensino universitário normal. Isso exige que, num programa global dêsse cursos de ensino pós-universitário:

- a) sejam previstos cursos cuja finalidade exclusiva seja a de suprir as lacunas deixadas pelas faculdades;
- b) os "currícula" e a duração dos demais cursos sejam adaptados às deficiências do atual ensino universitário.

3. TIPOS DE CURSOS DE EXTENSÃO PÓS-UNIVERSITÁRIA ATUALMENTE NECESSÁRIOS NO BRASIL

Atualmente o Brasil parece precisar de três tipos de cursos de extensão pós-universitária no campo da economia:

- a) cursos de revisão e formação;
- b) escolas de pós-graduação;
- c) cursos de especialização.

Os cursos de revisão e formação terão por objetivo suprir as lacunas deixadas pelas universidades. Deverão existir apenas enquanto as faculdades não alcançarem padrões de ensino satisfatórios, o que ainda poderá levar bom tempo. Exemplo dêsse tipo de curso é o atualmente ministrado pelo Conselho Nacional de Economia. Em princípio será conveniente disseminar êsses cursos pelas principais capitais do país — Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Pôrto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e, possivelmente, Brasília, de modo a atender a um total de pelo menos 200 alunos por ano.

As escolas de pós-graduação terão por objetivo formar professores e profissionais de alto nível, conferindo o grau de Mestrado e, posteriormente, o de Doutorado. Pela sua finalidade, destinar-se-ão a um grupo mais restrito de alunos, de 30 a 50 por cento. Pelo seu caráter deverão restringir-se a uns poucos centros — Rio e São Paulo, no início. Atualmente existem duas iniciativas nessa direção, a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e o Curso de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.

Os cursos de especialização, destinar-se-ão a aperfeiçoar profissionais com o objetivo de adaptá-los a determinadas tarefas práticas. Como tal, não deverão pretender ensinar teoria econômica em geral — o que é finalidade dos cursos de revisão e formação e das escolas de pós-graduação — mas apenas ensinar as aplicações necessárias (é óbvio que tópicos

mente, será necessário rever um ou outro conceito teórico, mas isso não deve transformar-se no objetivo dos cursos). Tais cursos de especialização deverão ser bastante diversificados, conforme as exigências do mercado, e não precisarão possuir periodicidade regular. Alguns, altamente refinados, poderão destinar-se a profissionais que possuam diplomas de pós-graduação em economia, aqui ou no exterior. Outros, a economistas que possuam cursos de revisão e formação. Outros, de caráter mais elementar, poderão simplesmente se destinar a determinados grupos de funcionários públicos, ou dispensar qualquer exigência para admissão.

4. ESCOLAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA — EXTENSÃO E OBJETIVOS

Até há pouco tempo atrás, os economistas brasileiros que desejavam melhorar seus conhecimentos em relação aos padrões das faculdades, ou se aperfeiçoavam estudando por conta própria, ou tratavam de conseguir uma bolsa para o exterior. Em relação ao autodidatismo, é obviamente vantajoso o aperfeiçoamento de economistas em Escolas de Pós-Graduação que se instalem no Brasil. Também em relação às bolsas no exterior, o estudo de pós-graduação no país apresenta três vantagens:

- a) possibilidade de o economista aplicar seus conhecimentos, durante o curso, a problemas práticos brasileiros;
- b) menor custo de treinamento;
- c) eliminação de eventuais dificuldades lingüísticas.

As vantagens econômicas do ensino de economistas em nível de pós-graduação são bastante sensíveis. Pela atual experiência da Fundação Getúlio Vargas, o custo do treinamento de um *Master*, no nível de pós-graduação, é da ordem de 15 a 20 milhões de cruzeiros — nesse custo incluída a bolsa paga ao estudante (atualmente da ordem de 340 mil cruzeiros mensais). O aumento de salário que o economista consegue no mercado de trabalho, por ter obtido seu grau de *Master*, é da ordem de pelo menos 4 milhões de cruzeiros anuais. Isso indica um rápido prazo de recuperação do investimento no treinamento de economistas em nível de pós-graduação.

Para que os cursos de pós-graduação em economia possam desenvolver sua função, é indispensável que eles mantenham alto padrão qualitativo, em nada inferior ao das boas universidades norte-americanas e européias. Para tanto é indispensável:

- a) dispor de um corpo docente de primeira ordem, com professores de gabarito internacional;
- b) dispor de um corpo discente cuidadosamente selecionado e que possa dedicar-se aos estudos em tempo integral.

Tendo em vista essas exigências qualitativas, as escolas de pós-graduação em economia deverão ser limitadas em quantidade, pelo menos nos próximos anos. No momento, parecem suficientes as duas em início de operação: a da Fundação Getúlio Vargas e a da Universidade de São Paulo. Ambas têm procurado organizar-se de acordo com os padrões qualitativos desejáveis. Na fase inicial, essas escolas deverão apenas conceder o diploma de "Mestre", equivalente ao *Master of Arts*. Após quatro ou cinco anos de funcionamento, com a cristalização da experiência e o aumento da oferta de bons professores, valerá a pena iniciar um programa de doutorado.

De acordo com a lei de diretrizes e bases, é possível que outras universidades ou Fundações resolvam, por conta própria, iniciar programas paralelos de pós-graduação. Não se pode evitar que isso ocorra, mas será importante excluir essas iniciativas de um plano global de reformulação do ensino de economia no Brasil — a menos que elas atendam aos padrões qualitativos indispensáveis.

5. REQUISITOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ECONOMIA NO BRASIL

Para bem atender aos seus objetivos, as Escolas de Pós-Graduação de Economia deverão obedecer a diversos requisitos. Alguns deles se enumeram a seguir:

A) *Admissão de alunos*

Tendo em vista a heterogeneidade dos economistas saídos das faculdades, e os baixos padrões de ensino na maioria delas, é indispensável submeter os candidatos a um rigoroso critério de seleção. A fórmula mais prática, e que tem sido adotada pela Fundação Getúlio Vargas, é a de um exame vestibular de matemática, estatística e teoria econômica. (Para o corrente ano os candidatos à Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas foram submetidos a duas provas, uma de matemática e estatística, outra de teoria econômica. Entre 137 inscritos, 20 foram aprovados.) Em virtude da regulamentação da profissão de economista, parece conveniente, no momento, exigir que os candidatos sejam economistas formados (ou que se formem antes do início do curso). Se não fôsse essa regulamentação, seria interessante aceitar como candidatos engenheiros com especialização em engenharia econômica, e outros profissionais afins. Todavia, tendo em vista a atual legislação, tais profissionais se tornariam "Mestres em Economia" mas não seriam economistas com as prerrogativas legais.

B) *Regime discente*

É absolutamente indispensável que os alunos se dediquem em tempo integral aos cursos de pós-graduação, a fim de que possam acompanhar os programas necessários.

Para conseguir êsse objetivo, é indispensável remunerar os estudantes com bôlsas compatíveis com os ordenados iniciais do mercado de trabalho. Conquanto essas bôlsas onerem bastante os cursos de pós-graduação (absorvem cêrca de 40% do orçamento da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas), elas são indispensáveis para prover o sustento de muitos estudantes, e para convencê-los de não ingressar imediatamente no mercado de trabalho (poucos estudantes brasileiros fariam o cálculo de rentabilidade de investimento indicado há pouco.) Se fôsem suprimidas as bôlsas, diminuiria consideravelmente o número e a qualidade dos candidatos — com a conseqüente piora — dos padrões de ensino pós-graduado.

C) *Corpo docente*

O corpo docente deverá ser escolhido entre os profissionais de maior qualificação em cada campo. O ideal seria que todos os professôres se dedicassem ao curso em tempo integral. Isso, todavia, é difícil no Brasil. O que parece factível é a mistura de professôres em tempo integral com outros em tempo parcial. Estes últimos, todavia, deverão dedicar uma boa parte do seu tempo ao ensino, e não apenas comparecer nas horas de aula. É indispensável que os padrões de remuneração sejam bastante convincentes para atrair bons profissionais em regime de tempo integral.

Nos primeiros anos de funcionamento das Escolas, é provável que a oferta de bons professôres se revele ainda insuficiente. Será necessário, pois, complementá-la com a importação de professôres estrangeiros.

D) *Duração do curso e grau concedido*

Como assinalamos anteriormente, é conveniente que as Escolas de Pós-Graduação em Economia se limitem, nos próximos anos, a conceder o grau de "Mestre". Os alunos que mais se destacarem nos cursos poderão ser enviados ao exterior para a obtenção do doutorado. Dentro de quatro ou cinco anos, com a sedimentação da experiência e com a formação de novos professôres, poder-se-ão iniciar os programas de doutorado no país. Para assegurar o padrão qualitativo, é conveniente que o curso de "Mestre" dure dois anos. Isso é mais do que exige a lei de diretrizes e bases, e também mais do que a duração normal de um curso de *Master* nos Estados Unidos. Todavia a extensão se justifica pelo fraco preparo proporcionado pelas universidades. É também conveniente

que se condicione a concessão do Mestrado à apresentação de uma tese (que não precisa ter a profundidade de uma tese de doutoramento). Isso porque o economista brasileiro costuma, quando sai das faculdades, ter grandes dificuldades de exposição, faltando-lhe outrossim o hábito da pesquisa.

E) *Situação administrativa*

De acôrdo com a lei de diretrizes e bases, os cursos de pós-graduação poderão ser realizados ou por Universidades ou por instituições autônomas (Fundações). A Escola de São Paulo filia-se à primeira solução a do Rio à segunda. Em princípio as Fundações oferecem a vantagem da maior flexibilidade administrativa. A solução universitária poderá também ser amplamente satisfatória, sob duas condições: a) os professôres deverão poder ser pagos com salários capazes de concorrer com o mercado de trabalho, e não a partir de tabelas de funcionários públicos; b) os cursos de pós-graduação devem ficar livres da interferência dos catedráticos tecnicamente desatualizados que militarem nas universidades.

F) *Fontes de financiamento*

No momento, as Escolas de Pós-Graduação em Economia praticamente só podem contar com recursos de origem estatal, ou oriundos de ajuda externa, oficial ou não (exemplos USAID e Ford Foundation). As possibilidades de financiamento pelo setor privado nacional ainda parecem remotas — conquanto se possa tentar obter de emprêsas o financiamento de algumas bôlsas para estudantes. Quanto à hipótese de financiamento pelos próprios alunos — ainda que sob a forma de pagamento a longo prazo, após a conclusão do curso — ela parece claramente inadequada, por afastar grande parte dos potenciais candidatos ao curso.

6. PROGRAMAS PARA O CURSO DE MESTRADO

Cada Escola de Pós-Graduação deverá ter certa flexibilidade na elaboração dos seus programas para o curso de Mestrado. Os próprios cursos deverão combinar disciplinas obrigatórias com disciplinas facultativas. Por motivos econômicos não será possível elaborar cursos tão flexíveis quanto os das Universidades norte-americanas (o próprio mercado brasileiro desaconselha excessivo grau de especialização) e, assim, grande parte das disciplinas deverá ser imposta em caráter obrigatório.

As disciplinas de Matemática, Estatística e Econometria, Microeconomia e Macroeconomia devem constituir o núcleo fundamental do curso, exigido em caráter obrigatório de todos os alunos. (É óbvio que os títulos ou as divisões da matéria podem ser arranjados à vontade.) Outras disciplinas também poderão ser exigidas obrigatoriamente dos alunos, mas aquelas constituem o mínimo indispensável.

O curso de Matemática deve cobrir pelos menos os seguintes tópicos: a) revisão do programa do curso científico; b) cálculo diferencial e integral (com ênfase especial nos problemas de diferenciação de sistemas implícitos de várias variáveis); c) equações de diferenciais e de diferenças finitas; d) álgebra linear e programação linear. Isso corresponde aproximadamente ao material contido em livros-texto como Granville (Cálculo Diferencial e Integral), de la Vallée Poussin (Cours d'Analyse Infinitesimale), Samuelson, Dorfman and Solow (Linear Programming and Economic Analysis), Allen (Mathematic Analysis for Economists and Mathematical Economics).

O curso de estatística e econometria deve cobrir pelo menos: a) elementos de cálculo de probabilidade; b) distribuição de frequência; c) análise de regressão simples e múltipla; d) análise de variância; e) inferência estatística; f) autocorrelação; g) identificação; h) exame de modelos econométricos; i) teoria dos números índices. Textos como os de Hoel (Introduction to Mathematical Statistics) e Johnston (Econometrics) ilustram o conteúdo do curso.

O curso de Microeconomia deve cobrir: a) teoria do consumidor; b) teoria da produção; c) teoria do equilíbrio parcial em concorrência perfeita; d) teoria do equilíbrio geral em concorrência perfeita; e) teoria da concorrência imperfeita; f) teoria do investimento. Textos como o de Henderson and Quandt (Microeconomic Theory), Friedman (Price Theory), Baumol (Operation Analysis and Economic Theory), Hicks (Value and Capital), Samuelson, Dorfman e Solow (Linear Programming and Economic Analysis) fornecem o conteúdo aproximadamente desejável para o curso.

O curso de Macroeconomia deve abranger pelo menos os seguintes tópicos: a) Contabilidade Nacional; b) Teoria Neoclássica do equilíbrio agregativo a curto prazo; c) Teoria keynesiana; d) Teoria da Inflação; e) Modelos de crescimento. Textos como os de Ackley (Macroeconomic Theory), Dernburg and McDougall (Macroeconomics) e Baumol (Economic Dynamics) ilustram o conteúdo mínimo do curso. Se as disciplinas de Teoria Monetária, Política Fiscal, Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico não forem obrigatórias, será necessário cobri-las parcialmente no curso de Macroeconomia.

Além desses cursos fundamentais, o programa deve conter vários outros visando à aplicação, e que poderão ser exigidos por um sistema de créditos análogo ao aplicado nas Universidades norte-americanas. É útil também um curso de inglês, e se possível também de francês, para os alunos necessitados.

A título de exemplo, transcreve-se a seguir o currículo e a carga horária da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas durante o ano de 1966. Esse programa, naturalmente, não tem a

pretensão de servir como modelo rígido para as outras Escolas de Pós-Graduação.

1.º ano:

a) *De 16 de janeiro a 31 de janeiro*

Matemática (8 horas semanais)

Estatística (2 horas semanais)

b) *De 1.º de fevereiro a 30 de junho*

Matemática (4 horas semanais)

Estatística (2 horas semanais)

Macroeconomia (2 horas semanais)

Microeconomia (2 horas semanais)

Inglês (3 horas semanais)

c) *De 16 de julho a 15 de dezembro*

Estatística (2 horas semanais)

Teoria Econômica Geral (4 horas semanais)

Macroeconomia (2 horas semanais)

Seminários de Comércio Internacional e

Desenvolvimento Econômico (2 horas semanais)

Inglês (3 horas semanais)

2.º ano:

a) *De 16 de janeiro a 30 de junho*

Teoria Econômica Geral (2 horas semanais)

Econometria (2 horas semanais)

Teoria de Desenvolvimento Econômico (2 horas semanais)

Teoria e Política Monetária (2 horas semanais)

Comércio Internacional (2 horas semanais)

Inglês (2 horas semanais) (optativo)

b) *De 16 de julho a 15 de dezembro*

Econometria (2 horas semanais)

Política Fiscal (2 horas semanais) *

História Econômica (2 horas semanais) *

História das Doutrinas Econômicas (2 horas semanais) *

Planejamento Econômico (2 horas semanais) *

Problemas econômicos brasileiros (2 horas semanais) *

Economia Agrícola (2 horas semanais) *

Economia Industrial (2 horas semanais) *

Inglês (2 horas semanais) (optativo)

* Os alunos devem escolher 4 entre essas 7 disciplinas.

Parece recomendável que o número de aulas por dia seja reduzido (2 a 3 horas) a fim de que os alunos disponham de tempo suficiente para estudar, pesquisar e consultar bibliografia. Os professores devem dar aos alunos uma razoável carga de leituras e de exercícios para complementar e solidificar o que fôr dado em aula. É importante que os alunos tomem parte ativa nos cursos e não apenas assistam passivamente às aulas. Também é importante que o curso disponha de assistentes e tutores, para esclarecer dúvidas e orientar os estudos e pesquisas individuais.

Finalmente, parece útil ministrar cursos práticos para a adaptação profissional dos alunos que vierem a ser reprovados. A Fundação Getúlio Vargas iniciou este ano um programa de 3 meses com essa finalidade (Curso de Treinamento em Economia Aplicada) e que está sendo assistido pelos alunos reprovados na primeira série. Esses cursos não conferem diplomas de pós-graduação, mas têm a vantagem de abrandar consideravelmente a frustração dos estudantes reprovados, dando-lhes importante instrumental prático para a vida profissional.

DEBATES

Iniciados os debates com a participação dos Srs. Og Leme e Werner Baer, a discussão girou em torno da necessidade legal do diploma de bacharel em ciências econômicas para habilitação ao curso de pós-graduação ou mestrado. No curso desse tipo de discussão, aventou-se a possibilidade de abrir os cursos de pós-graduação a outras categorias de profissionais, dando-lhes uma clientela de natureza interdisciplinar. Considerou-se também a hipótese de as duas escolas de pós-graduação hoje existentes trabalharem em conjunto na seleção de candidatos via exame vestibular, possibilidade que teve o apoio unânime de todos os participantes. À margem dos debates, foi assinalado que, no caso da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, cerca de metade dos estudantes admitidos via concurso vestibular possuem o curso de revisão do Conselho Nacional de Economia, donde uma relação entre os dois empreendimentos.

Focalizou-se também a importância de vincular os trabalhos de investigação econômica às aulas teóricas das escolas de pós-graduação. O Sr. Ari Burger acentuou a importância do conhecimento de questões de metodologia da pesquisa nesse tipo de ensino, ao assinalar a vantagem que existe em preparar, desde logo, pessoal de alta qualificação para tratamento da pesquisa a fazer nas universidades e nas organizações governamentais. O Sr. Chacel alertou os presentes para a necessidade da combinação entre pesquisa e ensino de teoria ser uma combinação *ad hoc* nas escolas de estudos pós-graduados, manifestando sua opinião contrária à vinculação da pesquisa, como parte do processo de ensino, aos trabalhos de investigação econômica dos organismos em que a investigação, em si, seja sua razão de ser e seu objetivo final. A Sra. Maria da Conceição Tavares manifestou seu ponto de vista favorável a um programa de investi-

gação específica para uma escola de pós-graduação, com a eventual publicação de seus resultados.

Iniciada a discussão do tema, o Sr. Simonsen fez comentários sobre dois pontos. O primeiro, prende-se à indagação sobre se o tipo de economista atingido pelo curso de revisão do Conselho Nacional de Economia sai do mesmo com um instrumental que atenda, realmente, às exigências do mercado de trabalho. Nesse particular, sugeriu que talvez houvesse vantagem em introduzir-se, no curso de revisão do Conselho, algumas cadeiras de capacitação similares às que uma escola de pós-graduação de economia fornece àqueles considerados como inabilitados para um maior esforço teórico, constituindo o instrumental necessário para o exercício imediato da profissão. O segundo ponto comentado pelo Sr. Simonsen referiu-se à existência do material de divulgação para que os Diretores de Faculdades, dispendo de melhores informações, possam mudar de atitude em relação às distorções do ensino de nível universitário no Brasil.

O Sr. Chacel lembrou, a esta altura, que a função de qualquer curso de revisão tem de ser de caráter supletivo e que continuará a sê-lo por longo prazo, se não se corrigir as deficiências do ensino básico, complementado depois pelos cursos de pós-graduação. A Sra. Maria da Conceição Tavares lembrou também que os cursos mantidos pela CEPAL têm o caráter de curso de capacitação e informou, respondendo a uma indagação, que pelo menos no caso do Nordeste, a maioria dos economistas que freqüentou tais cursos, foi absorvida pela SUDENE, Banco do Nordeste, Conselhos Estaduais de Desenvolvimento etc. Em sua intervenção, o Sr. Almeida Magalhães assinalou que o número de escolas existentes ou de economistas anualmente formados era uma questão de pouca relevância quanto às soluções imediatas sobre a qualidade do ensino. Foi de opinião que, de momento, seria necessário reexaminar o sentido dos currículos dos chamados cursos de revisão, orientando-os, talvez (e esta é uma idéia que voltou à baila) para disciplinas voltadas para o domínio da administração de empresas. A esta altura o Sr. Simonsen, uma vez mais, lembrou que grande parte das escolas de economia poderiam vir a transformar-se em escolas de administração de empresas.